

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190102-2018>

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE
CAMPANHAS SOBRE A VIOLÊNCIA NO PARTO:
TESTEMUNHO, VIOLÊNCIA E SILÊNCIO**
**THE DISCURSIVE FUNCTIONING OF CAMPAIGNS
ON VIOLENCE IN BIRTH: TESTIMONY, VIOLENCE AND SILENCE**
**EL FUNCIONAMIENTO DISCURSIVO DE CAMPAÑAS SOBRE
LA VIOLENCIA EN EL PARTO: TESTIMONIO, VIOLENCIA Y SILENCIO**

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi*
Universidade de Franca
Mestrado em Linguística
Franca, SP, Brasil

RECEBIDO EM: 15/03/18.

APROVADO EM: 09/10/18.

***Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão sobre as formas de significar a violência obstétrica na atualidade, através da análise de recortes de duas campanhas de combate a este tipo de violência: #partocomrespeito, produzida e difundida pelo semanário brasileiro Época; e Voces contra la violencia obstétrica, veiculada pela associação argentina Las Casildas. Amparado em pressupostos teóricos da Análise de Discurso elaborada por Michel Pêcheux e seu grupo, problematiza as campanhas em seus modos constituição, formulação e circulação, enquanto produtoras de diferentes sentidos para a violência. Tecidos na relação entre palavras, imagens e sons, são sentidos que se formulam por meio do jogo entre o visível e o invisível. Nos recortes, a imbricação entre imagem e testemunho constitui um discurso sobre a violência obstétrica, tecido no movimento entre o dizível e o indizível do trauma, entre a injunção a tudo dizer e o silêncio em suas diferentes versões, conforme teorizado por Orlandi.*

***Palavras-chave:** Testemunho. Imagem. Violência Obstétrica. Memória. Silêncio.*

***Abstract:** This article reflects on the forms of signifying obstetric violence nowadays, by analysing excerpts from two campaigns fighting this type of violence: #partocomrespeito, produced by and disseminated in the Brazilian weekly magazine Época, and Voces contra la violencia obstétrica, circulated by the Argentine association, Las Casildas. Based on the theoretical precepts of Discourse Analysis developed by Michel Pêcheux and his group, the campaigns in their forms of elaboration and circulation are problematized as producers of different meanings for violence. Woven into the relation among words, images and sounds, they are meanings which are formulated by the interplay between the visible and the invisible. In the excerpts, the embedding of the image and testimony constitutes a discourse about obstetric violence, included in the movement between the speakable and unspeakable of the*

* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e Université Paris XIII. Professora colaboradora do Mestrado em Linguística da Universidade de Franca (UNIFRAN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4225-743X>. E-mail: azevedo.aline@gmail.com.

trauma, between the injunction to say everything and silence in its different versions, as theorized by Orlandi.

Keywords: *Testimony. Image. Obstetric violence. Memory. Silence.*

Resumen: *Este artículo presenta una reflexión sobre las formas de significar la violencia obstétrica en la actualidad, a través del análisis de recortes de dos campañas de lucha contra ese tipo de violencia: #partocomrespeito, producida y difundida por el semanario brasileño Época; y Voces contra la violencia obstétrica, vehiculada por la asociación argentina Las Casildas. Apoyado en presupuestos teóricos del Análisis del Discurso elaborada por Michel Pêcheux y su grupo, problematiza las campañas en sus modos constitución, formulación y circulación, en cuanto productoras de diferentes sentidos para la violencia. Tejidos en la relación entre palabras, imágenes y sonidos, son sentidos que se formulan por medio del juego entre el visible y el invisible. En los recortes, la imbricación entre imagen y testimonio constituye un discurso sobre la violencia obstétrica, tejido en el movimiento entre el decible y el indecible del trauma, entre la obligación de todo decir y el silencio en sus diferentes versiones, de acuerdo con lo que fue teorizado por Orlandi.*

Palabras clave: *Testimonio. Imagen. Violencia Obstétrica. Memoria. Silencio.*

1 INTRODUÇÃO

Para traçar uma reflexão sobre as formas de significar a violência em nossa sociedade – em especial a violência obstétrica – problematiza-se, neste artigo, o funcionamento discursivo de campanhas de combate a esse tipo de violência, nas quais o comparecimento de testemunhas estabelece um modo de dizê-la, ou seja, institui um discurso sobre a violência. A proposta consiste em realizar uma leitura discursiva de um corpus construído a partir de recortes das campanhas #partocomrespeito e Voces contra la violencia obstétrica, sustentada no referencial da Análise de Discurso elaborada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni P. Orlandi e seu grupo. Trata-se, portanto, de uma abordagem que leva em conta as “condições de produção” dos discursos, consoante Pêcheux (2010a), as contradições e equívocos constitutivos das discursividades, tarefa que implica uma posição na qual o real da língua, o real do inconsciente e o real da história determinam, sem que haja complementariedade ou conciliação entre os diferentes campos que constituem esse (des)encontro, a espessura material dos sentidos.

A OMS – Organização Mundial de Saúde, define a violência obstétrica como um tipo de violação aos direitos humanos, tendo publicado em 2004 um conjunto de recomendações cujo objetivo é fomentar ações de combate e enfrentamento a esse tipo de violência. Quase dez anos depois, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo divulga um documento no qual o esforço para afirmar/confirmar a existência da violência obstétrica enquanto tal é flagrante: “a violência obstétrica existe e caracteriza-se pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde” (SÃO PAULO, 2013, s.p., grifo nosso). Ela se realiza através do “tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade”.

Trabalhamos com a ideia de que há um processo de in-significação de sentidos para a violência obstétrica, que funciona a despeito da vivência de milhões de gestantes

desrespeitadas, agredidas e violadas. Em outras palavras, consideramos que esse tipo de violência é permanentemente de-significado (ORLANDI, 2007a), ou seja, ele sofre um processo de apagamento que interdita determinados sentidos, impedindo que as vozes de suas vítimas ecoem socialmente: ele “está fora da memória”, são sentidos que não correspondem a um dizer possível, que “não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar em nossas posições” (ORLANDI, 2007a, p. 66). Sentidos que não encontram uma narrativa que os acolha, posto que interditados em sua significação política, in-significados.

Quando falamos de de-significação da violência obstétrica, não estamos reafirmando a hipótese repressiva criticada por Foucault (1988, p. 14). Não se trata de uma interdição ao dizer a funcionar por meio de seus mecanismos – proibições, recusas, censuras, negações – mas, ao contrário, de uma tagarelice que insistentemente (re)diz uma certa versão, apagando outras posições possíveis, saturando os sentidos e fixando seu movimento. Há uma incitação discursiva que promete tudo dizer sobre o parto, regulando-o, não obstante, por meio de discursos úteis e públicos, filiados a uma biopolítica de controle da fecundidade e do nascimento, da vida e da morte (FOUCAULT, 1988). Entretanto, algo falha neste ritual ideológico administrado pelo dispositivo da sexualidade: os discursos sobre o parto que se produzem em nossa formação social, nos quais situamos os dizeres sobre a violência obstétrica, se constituem num embate permanente entre estabilização e deslizamento, estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008).

2 ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Partimos da ideia de que há, na formulação e circulação dos discursos sobre a violência obstétrica, o trabalho do visível e do invisível tecendo um arquivo determinado sobre essa questão, emoldurando os processos contraditórios de produção de sentidos nos quais a violência é construída discursivamente como uma evidência, naturalizada como uma consequência incontornável própria às técnicas de parturição. Para desconstruí-la, apresentamos análises de campanhas de combate à violência obstétrica, voltando nosso olhar para a forma com que a relação constituída entre palavras e imagens encena o jogo entre visibilidade e invisibilidade, no qual os sentidos de testemunhar, denunciar, informar e esclarecer produzem-se na indistinção. Examinamos, então, a campanha digital #partocomrespeito, produzida e promovida pelo semanário brasileiro *Época*, e a videocampanha *Voces contra la violencia obstétrica*, produzida pelo projeto argentino *Las Casildas*, grupo que se autodenomina independente, e discute e difunde informações sobre questões de gênero.

Consideramos tais campanhas na relação indissociável tecida entre estrutura e acontecimento. Na ordem do visível, elas configuram um acontecimento, posto que desestabilizam uma série de enunciados nos quais um dizer sobre a violência obstétrica é interditado, isto é, nos quais um processo de de-significação a coloca na ordem do indizível, jogando-a para fora dos contornos daquilo que pode e que deve ser dito. Entretanto, é na ordem do invisível que se produz o fechamento dos sentidos, na insistência em processos de naturalização e universalização que buscam suturar os vãos,

contornar a equivocidade própria aos discursos. Esse funcionamento mostra que a discursivização da violência é um trabalho realizado sobre o político, nas “clivagens subterrâneas do arquivo” (PÊCHEUX, 2010b) eletrônico midiático a transformar a violência em espetáculo, minando sua potência ética e política, como um acontecimento sem profundidade (PÊCHEUX, 2007).

Para elaborar uma reflexão sobre os modos de produção de sentidos acerca da violência obstétrica, voltamo-nos para os arquivos nos quais a mídia desempenha papel relevante e que, em nossa formação social, multiplicam-se por meio das tecnologias da informação e conexão em rede. Significados a partir da evidência de completude, tais arquivos funcionam como se apresentassem um conjunto de textos produzidos sobre a questão da violência, apagando a especificidade de serem não-todos: “o arquivo de uma época não é nunca descritível na sua totalidade, ele se dá a ler por fragmentos: sua descrição é sempre aberta...” (GUILHAUMOU, 2009, p. 125). As redes digitais e suas tramas são lugares nos quais os arquivos nos são oferecidos como se fossem bancos de dados abertos e acessíveis, campos de documentos imaginariamente homogêneos, nos quais as mídias e suas publicações, atravessadas pela evidência da pluralidade de posições, impõem-se com especial força. É nesses lugares, assim constituídos, que as campanhas examinadas encontram um modo de formulação e circulação de sentidos.

Interessa-nos, neste trabalho, investigar duas práticas discursivas distintas que integram, ao lado de outras, os arquivos sobre a violência obstétrica que se põem a circular no espaço digital: a prática jornalístico-midiática e a prática publicitário-midiática, ambas atravessadas pela militância digital. Esse atravessamento se dá não apenas nos modos de circulação das campanhas no ciberespaço, através de gestos de compartilhamento e difusão desses materiais pelos grupos de militância, mas mostra-se visível, também, em suas formulações. Se, no caso de Vocês contra la violencia obstétrica, uma relação de autoria para com um grupo político de defesa dos direitos das mulheres que se constitui no/pelo digital é estabelecida, no caso da campanha #partocomrespeito essa relação é textualizada na própria formulação, marcada no nome da campanha pela presença da hashtag, desestabilizando as características fundamentais ao gênero jornalístico reportagem ao explicitar uma posição de engajamento. Embora figure no interior da reportagem “Vítimas da violência obstétrica: o lado invisível do parto”, a campanha desregula, assim, as coerções próprias ao gênero.

3 TESTEMUNHO E IMAGEM NA CAMPANHA JORNALÍSTICO-MIDIÁTICA

Em nosso primeiro gesto analítico, voltamo-nos para a campanha #partocomrespeito, produzida e promovida pelo semanário brasileiro Época, publicação das Organizações Globo, o maior conglomerado midiático brasileiro da atualidade. Em seus modos de formulação e circulação de sentidos, no atravessamento da materialidade digital como constitutiva de seu funcionamento, marcado pela presença de um traço que lhe é próprio, a *hashtag*¹, a campanha #partocomrespeito vincula-se à reportagem

¹ A hashtag que antecede o nome da campanha #partocomrespeito é definida por Anne-Charlotte Husson (2016) como uma *hashtag* militante, pois seu funcionamento encontra-se relacionado ao militantismo

assinada pela jornalista Thais Lazzeri e publicada na Revista *Época*, cuja manchete explicita “Vítimas da violência obstétrica: o lado invisível do parto”. Na linha fina, lemos: “O debate sobre violações de direitos no parto chegou às mãos do presidente do STF. Entenda o que está em jogo e conheça os relatos de mulheres vítimas da violência obstétrica”. A campanha *#partocomrespeito* se situa, portanto, como parte da reportagem, compondo, nesta análise, nosso primeiro recorte, pois diz respeito, justamente, aos objetivos deste estudo: compreender os processos de produção de sentidos sobre a violência obstétrica, nos quais o comparecimento de testemunhas estabelece um modo de dizê-la.

A campanha foi lançada na revista em seu formato tradicional, o papel, passando a circular nas tramas digitais logo em seguida. Em seus modos de formulação e circulação, ela nos dá indicativos de que a materialidade digital modificou as práticas jornalísticas, dissolvendo as fronteiras entre o virtual e o não virtual. A campanha, em seus modos de produzir sentidos, interpela os sujeitos a se posicionarem acerca das reivindicações que apresenta, funcionando como um chamamento para que cada um “assuma sua responsabilidade” na luta pelo direito a um parto sem violência.

A *hashtag*, na relação que ela estabelece com as fotografias e os testemunhos presentes na reportagem, interpela os sujeitos, as mulheres em especial, para que narrem suas histórias de violência, funcionando como mecanismo para acionar um processo de militância virtual². Ela não pode ser reduzida, então, a um operador de documentalização, pois também funciona como forma de produzir posicionamentos enunciativos que se agregam, como apontou Husson (2016), sob o emblema de uma “etiqueta polêmica”, como podemos observar nos recortes presentes nas Figuras 1 e 2, a seguir.

Nesses recortes, a *hashtag* é parte da formulação dos cartazes, imbricando-se às imagens e palavras que, juntamente com as legendas, conformam a composição material da campanha, nas quais também figuram os nomes, idades e uma breve descrição das histórias das pessoas retratadas. Em suas composição material (LAGAZZI, 2012), a campanha inscreve os sujeitos na posição de testemunhas, autorizados a falar por terem experimentado a violência, o que reforça a evidência do discurso jornalístico como lugar de verdade, observação e denúncia da realidade social. A identificação jurídica funciona na relação com o corpo e a experiência relatada, de modo a produzir o testemunho como forma de validar a ideia do discurso jornalístico como cumpridor de seu dever social, que se arrisca na investigação dos “fatos”, no exercício da vigilância. Elas esboçam, segundo Gomes (2000, p. 24), um outro funcionamento testemunhal: “o testemunho do testemunho”, produtor de um efeito de realidade sustentada pela/na pretensão de

praticado na internet. Ela não pode ser reduzida nem à descrição de conteúdos unívocos de compartilhamento *online*, nem a simples operadores de redocumentalização, pois possui um funcionamento complexo e múltiplo, constituindo uma “etiqueta polêmica” que tem relação com a produção de posicionamentos enunciativos.

² De fato, seis dias depois da publicação da reportagem, a revista *Época* publicou a seguinte matéria, contendo testemunhos enviados em decorrência da convocação lançada: “Leitoras mandam fotos para a campanha *#partocomrespeito*”. Entre eles, há um no qual os dizeres inscrevem uma posição que chama nossa atenção: “Sou uma sobrevivente de um parto desumano”. Inscrito como *superstes*, o testemunho implica um sobrevivente: “a questão do testemunho não é outra senão a de sobreviver na/à morte”, *du survivre*, diz Derrida (2005). Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/fotos/2015/08/parto-com-respeito.html>.

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. O funcionamento discursivo de campanhas sobre a violência no parto: testemunho, violência e silêncio. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 17-33, jan./abr. 2019.

veracidade, simulando, como num tribunal, episódios de violência ocorridos num tempo pretérito, presentificados no discurso pela forma com que corpo e testemunho se imbricam na composição material da campanha. O jornalista recorre, assim, ao testemunho como forma de referir o real: “o real concreto se torna a justificativa suficiente do dizer” (BARTHES, 1970, p. 99).



Figuras 1 e 2 – Recortes da reportagem de ÉPOCA, “Vítimas da violência obstétrica: o lado invisível do parto”

Fonte: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/vitimas-da-violencia-obstetrica-o-lado-invisivel-do-parto.html>

Deste modo, o funcionamento da campanha #partocomrespeito constitui, nesses recortes, um material profícuo para discutir seus efeitos paradoxais, considerando que o discurso jornalístico se (re)produz (n)a evidência da transmissão da informação e, portanto, atua na produção de uma verdade acerca da violência que pretende retratar. Em sua potência performativa, ele constitui, no gesto mesmo de narrar o trauma, a verdade acerca da experiência de violência. Esses efeitos de referencialidade e veracidade se inscrevem, nas páginas virtuais onde circula a campanha, nessa série de imagens de mulheres retratadas na reportagem, cujas histórias foram marcadas pela violência obstétrica.

No modo como se formulam, os enunciados presentes na campanha estabelecem um “eu” em relação a um “eles”. A conjugação verbal em terceira pessoa do plural (“colocaram”, “falaram”, “fizeram”) textualiza uma posição discursiva para o agressor, na relação com o “eu” agredido, inscrevendo, no intradiscorso, as posições da vítima e de seu algoz como projeções imaginárias estabelecidas a partir de um exterior ideológico que as constitui. Entretanto, o modo como o corpo comparece, na imbricação material tecida entre palavra e imagem, inscreve uma posição subjetiva que não silencia, mas acusa e denuncia, promovendo uma abertura de sentidos, uma outra possibilidade de identificação para essas mulheres que não se estabiliza na posição de vítima, indo além, portanto, do discurso da vitimização.

Garantidas por sujeitos com nome e sobrenome e autorizados pela experiência de violência por eles vivenciada, essas composições significantes produzem um efeito testemunhal, pois apresentam as histórias traumáticas de mulheres que, tendo sobrevivido ao trauma, testemunham o horror. Seu funcionamento, nesses recortes, se distingue do fotojornalismo validado pela velha lógica da semelhança que, pelo clique da câmara, objetiva a captura de um evento, num flagrante constituído por meio de uma imagem. Na reportagem de *Época*, não há flagrante: no desejo de narrar a violência, essas imagens entremeadas por palavras constroem-na por intermédio do testemunho das mulheres que as encenam. Há, portanto, uma performance de violência, ou seja, nesses testemunhos a violência obstétrica é constituída através de um funcionamento performativo que conforma uma verdade para a experiência do trauma, por meio de um processo de produção de sentidos em que o testemunhar, o acusar e o denunciar jogam em sua indistinção.

É preciso esclarecer, entretanto, o que entendemos por performance: embora apenas tangencie a reflexão ora apresentada, essa noção, formulada em referência ao performativo, constitui uma oportunidade proveitosa para ensaiar uma articulação ainda pouco explorada da análise de discurso com o campo da “pragmática discursiva ou continental” (SILVA; SOUZA JUNIOR, 2016), que neste texto será brevemente operada por intermédio das reflexões de Shoshana Felman (1980). Sobre a dimensão pragmática da linguagem, Pêcheux faz especial referência a Felman como alguém que aborda “seriamente as relações entre a teoria dos atos de fala e a psicanálise, de Freud e Lacan.” (PÊCHEUX, 1998, p. 26). Embora não seja oportuno realizar uma apresentação exaustiva ou conclusiva, tais apontamentos indicam uma via interessante para uma abordagem discursiva do performativo.

Em sua análise do funcionamento da promessa em *Don Juan*, Felman (1980) parte de Austin para mostrar que o performativo comporta necessariamente sua falha: ele é, antes de mais nada, um “ato de falhar” (“l’acte de manquer”). A autora estabelece uma articulação entre a teoria dos atos de fala e a psicanálise, lançando mão da sedução constitutiva da complexa e escandalosa relação entre corpo e linguagem: o ato de fala, enquanto ato de um corpo falante, é sempre desconhecedor daquilo que produz, pois sujeito às determinações inconscientes. Felman se inscreve, portanto, em uma posição compatível com a análise de discurso, em seu modo de conceituar o sujeito discursivo.

Embora Pêcheux não trate da noção de performance em sua obra, esse termo surge em seus escritos em momentos pontuais para denunciar um modo de pronunciamento em que a “política do performativo” representa um papel decisivo: “quando dizer equivale a fazer, a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado” (PÊCHEUX, 2011, p. 89). Para o autor, na “política imaginária” há um modo particular de funcionamento determinado pela ordem do parecer, em que gestos e declarações substituem práticas.

Ao deslocar a reflexão de Pêcheux, consideramos o funcionamento discursivo da fotografia jornalística como uma “performance” pretensamente revolucionária, conforme enunciado por ele (PÊCHEUX, 2011) em seu texto sobre a propaganda, no qual o autor explora tal prática midiática constituída por uma Língua de Vento, em referência a Régis Debray (2008 apud PÊCHEUX, 2011, p. 89). Vale lembrar que, em outro texto, ao

discutir o enunciado-fórmula “on a gagné” (“ganhamos”) pronunciado na ocasião da eleição de Mitterand (na França, em 1981), Pêcheux diz que, na atualidade, “a nova forma que tende a se impor é a da performance” (2008, p. 27), em que o sentido de performance se estabelece na relação com o acontecimento político, midiático e esportivo.

Assim, ao convocar as noções de “performance” e “performativo” para interrogar a evidência de que a fotografia jornalística documenta ou testemunha a realidade, tendo em vista o material que analisamos, inscrevemos um recurso à pragmática que pode fazer avançar a reflexão no que diz respeito ao funcionamento performativo da imagem fotográfica, deslocando uma acepção meramente constativa segundo a qual o critério de verdade ou falsidade supostamente encerraria a discussão. Consideramos que a referencialidade performativa do recorte fotográfico analisado é especular ou autorreflexiva, na medida em que ela produz sua própria referência. Entretanto, como ressalta Felman, a sui-referencialidade do performativo não remete a uma perfeita simetria entre enunciado e enunciação: “[...] é da assimetria que procede a reflexão de Austin, do excesso da enunciação em relação ao enunciado, da ‘força de enunciação’ como um resto – referencial – do enunciado e do sentido”. (FELMAN, 1980, p. 108). O “ato de falhar” resulta, justamente, desse excesso da enunciação, da assimetria entre enunciado e enunciação, entre sentido e referência.

Segundo Felman, o ato de linguagem que realiza um testemunho responde a uma questão ritual – sua dimensão de gozo, e legal – relativa ao funcionamento jurídico que o gesto de testemunhar implica. Deste modo, o testemunho inscreve uma promessa, a promessa de dizer a verdade: na campanha #partocomrespeito, a construção da verdade passa, assim, por esses depoimentos, que produzem a si mesmos como prova da violência, num funcionamento em que imagem do corpo e testemunho se articulam como testis, em seu sentido jurídico, em alusão à reflexão de Derrida (2005, p. 526) acerca da diferença entre testis e superstes, dois sentidos possíveis para o testemunho, a partir da discussão apresentada por Benveniste. Testis refere um terceiro: é a imagem-depoimento que, como efeito, produz a si mesma como comprovação da violência, torna-se prova dentro de um dispositivo de verificação ameaçado constantemente pela possibilidade de perjúrio e infidelidade. Entretanto, testemunhar não é provar. Tendo isso em vista, Derrida (2005, p. 527) interroga, então, as razões necessárias e não acidentais que fazem com que o sentido de prova venha “contaminar” ou faça derivar regularmente o sentido de testemunhar. Nossa aposta é que o gesto de testemunhar esteja, em nossa sociedade, constantemente sobredeterminado pela esfera jurídica, apartado de uma experiência poética da língua que, para Derrida, engaja todo testemunho responsável.

4 A VIOLÊNCIA COMO ESPETÁCULO OU O ACONTECIMENTO SEM PROFUNDIDADE

Para Derrida, o testemunho se volta constantemente para uma causa: “a justiça, a verdade como justiça” (2005, p. 529). Desta forma, é possível considerar que essas imagens-testemunho se constituem, então, a partir de um anseio por justiça e se encontram ancoradas nas histórias vivenciadas por sujeitos garantidos por sua identidade social e seu estatuto jurídico. Em outras palavras, trata-se de discursos nos quais a forma-sujeito de direito e a evidência lógico-jurídica (PÊCHEUX, 2009) se produzem, em um

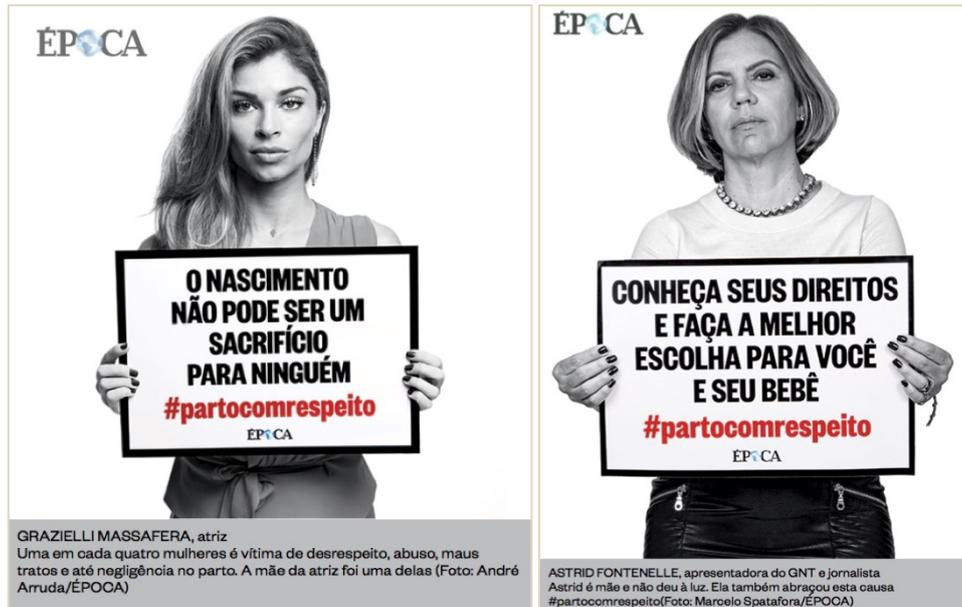
funcionamento que explicita um processo de judicialização do trauma, amparado na crença de que a não violência pode ser assegurada pela esfera jurídica. Um desejo de justiça que, nesses recortes, produz efeitos de denúncia de uma realidade de violência e busca por reparação, tecendo-se, então, numa certa relação com o político.

Nesta direção, o funcionamento discursivo da campanha #partocomrespeito sugere que nela irrompe um acontecimento desestabilizador de um dizer sobre a mulher e sobre seu corpo, acontecimento que desloca um processo de naturalização da violência no parto, por meio da denúncia de práticas médicas historicamente sexistas e misóginas. Assim, embora se filie à forma-sujeito de direito, tais recortes indicam um processo de desidentificação do sujeito (PÊCHEUX, 2009) com uma formação discursiva machista, confirmando que a prática discursiva sempre se dá nesse movimento dos sentidos, entre estrutura e acontecimento.

Entretanto, conforme defendemos neste texto, são discursos incapazes de romper a identificação com a forma-sujeito, que embora desestabilizem certa condição imputada historicamente à mulher, conformam sua subjetividade à determinação jurídica, instituem para ela um determinado lugar social, na ilusão de sua autonomia. Compreendida como acontecimento jornalístico, considerando a teorização de Dela-Silva (2016), a campanha se constitui a partir da posição discursiva da mídia, em um imaginário de neutralidade e objetividade atribuídas ao discurso jornalístico. O sujeito se tem tornado, então, o próprio acontecimento jornalístico, em um funcionamento que inscreve sentidos para o sujeito-mulher na atualidade: “o que temos são práticas discursivas que produzem representações para os sujeitos, ou seja, que acabam por dizer ao sujeito o que é ser sujeito na atualidade” (DELA-SILVA, 2016, p. 264).

Observemos outras duas imagens que irrompem nesta série de retratos presentes na campanha #partocomrespeito. Elas sinalizam, conforme procuramos problematizar, um esvaziamento da força política do testemunho, pois instituem determinados modos de representação para as mulheres, definindo como ser uma mulher na atualidade e, ainda, como ser uma mulher militante. A série dispõe retratos de duas mulheres “famosas”, a atriz Grazielli Massafera e a apresentadora Astrid Fontenelle, que, diferentemente das fotografias anteriores, dão testemunho daquilo que não experienciaram. A primeira, supostamente autorizada pela vivência de um outro, sua mãe; a segunda, mesmo não tendo dado à luz – como afirma no próprio semanário – aconselha, dita o que fazer ou conhecer.

Ambas figuram como porta-vozes, falam às mulheres e em nome delas em imagens que funcionam como pura performance. Elas produzem “novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu narcisismo”, nas palavras Pêcheux (1979, p. 90), sustentadas pela língua de vento a produzir uma política imaginária, e nos confrontam com o choque opaco da imagem muda, “aquela da qual a memória perdeu o trajeto de leitura” (PÊCHEUX, 2007, p. 55). Seu efeito é a espetacularização da violência pela mídia, esse lugar de circulação de um eco anônimo, reenviado pelas bordas do discurso (PÊCHEUX, 2016), esses “turbilhões esfumados do ‘não importa o quê’ destinados a chamar a atenção” (PÊCHEUX, 2016, p. 28), das línguas de vento, do rumor, das imagens multiplicadas, da transparência.



Figuras 3 e 4: Recortes da reportagem de ÉPOCA, “Vítimas da violência obstétrica: o lado invisível do parto”.

Fonte: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/vitimas-da-violencia-obstetrica-o-lado-invisivel-do-parto.html>

O enunciado apresentado junto à imagem de Astrid explicita a contradição constitutiva da forma-sujeito jurídica funcionando entre a ilusão de autonomia e a responsabilização do sujeito por seus atos aparentemente “livres”: “Conheça seus direitos e faça a melhor escolha para você e seu bebê”. À mulher gestante, enquanto sujeito jurídico, é imputada a tarefa de conhecer seus direitos para, então, tomar uma “decisão esclarecida” em seu nome e em nome de seu bebê. O discurso jornalístico-midiático a interpela a uma tomada de posição, produzindo-se na evidência da difusão da informação. Cumpridor de seu dever social, ele garante ao sujeito esclarecimento visando sua deliberação. Ele colabora, então, na/com a produção da ilusão de autonomia do sujeito mulher gestante, constituindo a evidência da liberdade de escolha que, não obstante, não se dá a despeito de sua responsabilização pela decisão tomada que, neste caso, é uma decisão que implica uma responsabilização pela vida e/ou pela morte.

Essas imagens, assim, são acontecimentos sem história e têm por efeito produzir sua própria absorção, seu esvaziamento, eterno retorno do acontecimento sem profundidade: a violência é, então, incorporada ao funcionamento midiático da imagem contemporânea. Em sua incessante e impossível busca para simbolizar o trauma a que esses sujeitos foram confrontados, essas imagens acabam por “transformar o horror em um produto cultural a ser consumido”, como nos mostrou Gagnebin (2006, p. 9), digerível a partir de um sentido socialmente assimilável. Há, nesse funcionamento, a produção de um efeito de des-historicização do olhar do leitor, constituído por meio de um regime de repetibilidade. As imagens midiáticas contemporâneas, fotográficas, televisivas e/ou digitais, produzem-se em profusão como vozes sem sujeito e apreendem à distância o olhar do leitor, constituindo um efeito de veridicidade: “o olho é ainda mais crível que o ouvido”, lembra Pêcheux ([1982] 1990, p. 24)

5 METÁFORAS DO DESPERTAR

O que é despertar? Não será, no sonho, uma outra realidade?
(Jacques Lacan)

As imagens contemporâneas midiáticas estão, assim, condenadas a um funcionamento paradoxal. De um lado, impõe-se o efeito de completude produzido pela memória metálica (ORLANDI, 2007b) como ilusão de cobertura simbólica plena, sem furos, observável no funcionamento das imagens pelo excesso. De outro, a aspiração por justiça e a denúncia da violência abrem uma lacuna para pensá-las enquanto possibilidade de constituir um discurso outro para dizer o corpo da mulher. Diante deste impasse aparentemente insolúvel, a videocampanha *Voces contra la violencia obstétrica* produzidas por Las Casildas nos possibilita, talvez, algum avanço em nossa interpretação. Ela nos permite, quiçá, caminhar na direção da história e das determinações que atravessam as relações sociais entre sujeitos que violentam e são violentados.

No espaço destinado a sua apresentação, o projeto Las Casildas é atribuído a um grupo de pessoas de distintas áreas que se reúne com o objetivo de gerar dispositivos e informações em torno da gestação, parto, nascimento, crianças e questões de gênero. Sua fundadora, Julieta Saulo, relata o nascimento de sua filha como um momento revolucionário a partir do qual formou-se doula e passou a trabalhar com e para outras mulheres. O nome do projeto faz referência a Casilda Rodríguez Bustos, escritora e militante espanhola cujos textos defendem o parto e o nascimento como uma extensão do erotismo, a partir da crítica à maternidade patriarcal destruidora da sexualidade da mulher, na qual a procriação é marcada pela assepsia libidinal, ou seja, a mulher é privada de seus desejos.

No espaço de interpretação do projeto, o jogo de militância funciona na relação entre esclarecer e conscientizar, através do mecanismo de interpelação que seus discursos praticam. Para tanto, as práticas discursivas nele inscritas se propõem a informar e denunciar. Em seus modos de circulação, o projeto constitui um “discurso com pretensão revolucionária” (PÊCHEUX, 1982), na denúncia da violência obstétrica como um tipo de violência de gênero. O gesto de formulação como lugar no qual a contradição se realiza nos mostra que o tornar público, o informar, entra no jogo de convencimento e denúncia que constitui a campanha examinada, no qual o testemunho da mulher é fundamental na construção de uma verdade acerca da experiência de parto.

Esse funcionamento, entretanto, encontra-se sob a ameaça do pedagogismo, posto que clivado pelo dever de esclarecimento e conscientização tão comuns aos discursos de militância. Régine Robin (2016) chama a atenção para o risco de o pedagogismo bloquear a emergência de uma memória crítica. Segundo ela, quando as noções de dever de memória e dever de transmissão não são problematizadas, podem resultar em uma vontade pedagógica empobrecedora, redutora e a-histórica. Assim, as imagens sobre a violência constituídas pelo funcionamento da mídia e sua transmissão, que tendem a produzir a banalização e o kitsch, habituando as pessoas a uma violência onipresente, estão permanentemente assombradas pelo risco de se constituírem em imagens sem historicidade, incapazes de integrar uma verdadeira experiência.

Será, então, que o funcionamento discursivo da campanha Vocês contra a violência obstétrica é capaz de produzir efeitos para além de uma pedagogização sem criticidade, fadada a repetir infinitamente as estruturas sociais produtoras da própria violência? Diante desta vontade de combate à violência, que sustenta efetivamente a prática da denúncia, estaríamos, então, condenados a ver a violência (re)naturalizar-se permanentemente? É Robin quem nos ajuda a refletir sobre essas questões. Para ela, entre o fato de querer manter o trauma a qualquer custo e sua banalização há, talvez, “um pequeno lugar para uma memória crítica que, procurando simultaneamente não esquecer, nada obliterar, não teme a necessária distância, com a consciência aguda de que nada é evidente, que nós somos confrontados com uma tarefa enorme, a de transmitir o impossível” (ROBIN, 2016, p. 333).

Voltemos nossa atenção à videocampanha:

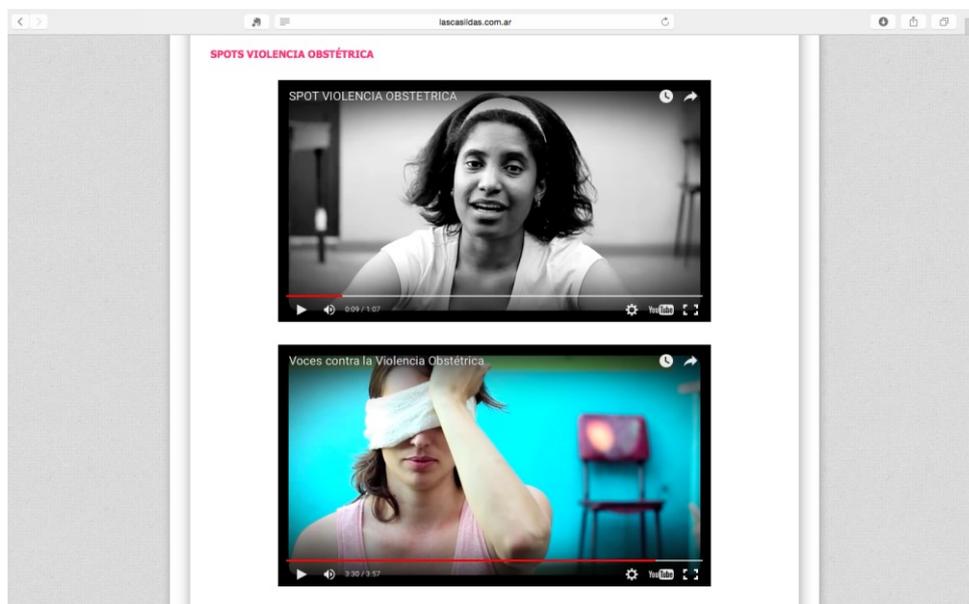


Figura 5 – Campanha Vocês contra la violencia obstétrica

Fonte: <http://lascasildas.com.ar/campanas.html>

Em seus modos de formulação, os depoimentos funcionam de modo a estruturar a argumentação, estabelecendo um dizer sobre a violência no qual o jogo entre visibilidade e invisibilidade é encenado. Esses dizeres se formulam a partir da metáfora do despertar que, nessa discursividade, implica um deslocamento, interpela a leitora/espectadora a abandonar o lugar da ignorância: “La violencia obstétrica es también violencia de género. Despertemos. Denunciemos. Hagamos visible o invisible”. Essas formulações instalam, pois, um “nós” solidário, ancorado na constituição de um grupo imaginariamente coeso, na medida em que seus integrantes supostamente compartilham das mesmas histórias de violência, transformando-as pela prática política.

No jogo entre palavras, imagens e sons, o equívoco sustenta as relações de sentido, ele se dá a ver através da relação entre violência e negação construída na videocampanha. Essa relação é encenada, em suas imagens, no gesto performado pelas testemunhas que retiraram a venda de seus olhos, venda que impede a assunção da verdade, que as coloca

em um lugar da escuridão, de desconhecimento de sua condição, que interdita os olhares na direção da verdade acerca da violência. Essa metáfora do despertar implica um acordar para uma outra realidade, abandonar uma posição de interdição, fixidez e saturação de sentidos, posição imposta pela violência.

Nas formulações, a violência é tecida na/pela interdição ao nome próprio: “nunca souberam o meu nome. Eu era apenas um caso clínico e nada mais [...], era mamita, nena”. Ainda, ela se constitui pelas/nas formas da negação e do negativo: “Arrancaram minha filha de minha barriga porque a senti, a levaram. Pedi para vê-la, pedi para colocá-la sobre meu peito. Não me mostraram. Não me deixaram olhá-la. Não deixaram que eu lhe desse um beijo. Não me deixaram ver seu rosto”; “Estava anestesiada, sem poder mover-me, morta de frio, e ninguém me respondia se minha filha sequer estava viva. Eu nem sequer sabia se minha filha estava viva”.

A violência é narrada, nesses dizeres, por meio da negação e suas manifestações linguísticas, inscrevendo uma tensão entre a posição daquele que detém o poder, exercendo-o, o seu outro, a mulher, que nesses discursos ocupa uma posição de submissão. A negação textualiza, portanto, um gesto de recusa a um outro, gesto que interdita à mulher gestante ver sua filha, saber se seu bebê estava vivo. Entretanto, não se trata de uma interdição que se restringe ao campo jurídico, mas de um processo que nega, pela violência, a própria existência dessas mulheres enquanto sujeitos, numa forma de interdição à dignidade e à existência da pessoa.

Essas imagens, nas quais corpos femininos narram suas histórias de abuso, agressão e violência, desenharam uma tarefa paradoxal de transmissão e de reconhecimento da irrepresentabilidade daquilo que, justamente, há de ser transmitido. Apesar da banalização do horror produzida pela profusão de imagens em circulação, a campanha funciona contra a repetição, o esquecimento e o recalque de um real de violência condenado a permanecer às margens do simbólico. Ela permite “pensar as imagens desnaturalizando os efeitos que elas produzem na sua ampla circulação midiática”, conforme Zoppi-Fontana (2011, p. 168): “questionar sua multiplicação ad infinitum para compreender os efeitos de evidência e transparência por elas produzidos, para interrogar sua apresentação já naturalizada como uma visibilidade sem avesso, como se fossem imagens sem olhar.

6 UM TRAPEIRO CATA(DOR) DE SILÊNCIOS

As histórias narradas em *Voces contra la violencia obstétrica* são, conforme apontou Gagnebin (2006, p. 79), “perpassadas pela necessidade absoluta do testemunho e, simultaneamente, por sua impossibilidade linguística e narrativa”. Ao observar a videocampanha de forma mais atenta, é possível identificar dois momentos nos quais a vontade de coerência e coesão falham, lugares onde o ritual se estilhaça nas palavras que não comparecem, inscrevendo no dizer uma pausa, uma brecha, hiância que nos mostra, justamente, que a palavra e o sofrimento são irreconciliáveis. Contra a saturação da memória, esse silêncio perturbador inscreve um impossível de dizer, uma pausa, momento em que o corpo se cala diante do indizível do sofrimento. Ou, como explicitou Derrida (2005, p. 528) sobre o testemunho: “Ele é silencioso. Ele deve engajar qualquer coisa do corpo que não tem direito à fala”.

O silêncio produzido nessas pausas subtraem o sujeito à transparência e à linearidade do enunciado, rompe com o laço sintático através da inscrição de uma lacuna, do inacabado, espaço da incerteza e da falta. Face à injunção ao tudo dizer, levado pela necessidade de narrar o trauma, o sujeito se depara com palavras que faltam e com um corpo que hesita, colocando-se em suspensão. Esse silêncio fundante remete ao caráter de incompletude da linguagem e não deve ser compreendido como um “acidente”, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento, pois, segundo Orlandi (2007c, p. 11) “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido”, e que diz respeito ao fugaz, ao não apreensível: “O silêncio é assim ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito” (ORLANDI, 2007c, p. 13).

Assim, num gesto de ressignificação das elaborações de Benjamin, consideramos o analista de discurso o trapeiro cata(dor) e coleciona(dor) de lapsos, falhas, silêncios. Encarregado, pois, de recolher os detritos da linguagem em sua vontade de “comunicar”, na superfície da evidência dos sentidos, o analista de discurso olha para aquilo que ela desdenha e descarta. Ele recolhe os restos daquilo que tanto o historiador quanto o linguista rejeitam: “Trapos de palavras ou de coisas, ele não poderá constituí-las de modo coerente, de uma única vez” (ROBIN, 2016, p. 57). Como na metáfora de Benjamin do bordado e seu avesso, o analista de discurso compara o traçado e o revés. Entretanto, como apontou Robin, “não se trata simplesmente de recombinar os dispersos fragmentos, mas de discernir nas montagens inéditas algo das vozes esquecidas” (p. 57). A montagem do corpus é, então, uma espécie de apropriar-se de farrapos, não para inventariá-los, mas para “lhes permitir obter justiça de uma única maneira possível: utilizando-os” (DIDI-HUBERMAN, 2000 apud ROBIN, 2016, p. 57).

Segundo Derrida (2005), o testemunho não pode ser apreendido a despeito de seu caráter performativo, ou seja, o ato de testemunhar, inscrito num espaço de juramento, implica, necessariamente, um sujeito que se engaja na promessa de dizer a verdade, responsabilizando-se por aquilo que diz. Essa promessa, realizada sob a eterna ameaça do perjúrio e da abjuração, inscreve uma dimensão sensível da presença e da ausência, ou seja, o testemunho se constitui como a afirmação de uma presença passada, constituída no presente na enunciação por uma ausência, que se inscreve através de uma memória: “ela só se faz presente por uma memória, articulada a uma linguagem” (DERRIDA, 2005, p. 527). O testemunho coloca em cena, então, a aporia entre memória e esquecimento, não apenas no domínio individual, da lembrança que perpassa a singularidade de cada sujeito-testemunha, mas, sobretudo, em relação a uma memória discursiva e a um esquecimento político que não permite que muitas mulheres reconheçam suas histórias de parto como histórias violentas.

Estamos, então, diante de um outro tipo de silêncio, conforme ensinou Orlandi (2007c), um silêncio que liga o não-dizer à história e à ideologia, processo de sentidos silenciados que é profundamente político: o silêncio como limite do sujeito no percurso do sentido. Ao analista de discurso cabe observar as derivas que produzem outros sentidos no jogo do mesmo e do diferente. A ele é confiada a tarefa de compreender a historicidade do sentido e o processo de significação, levando em conta a memória no que se refere a

relação da língua com a história: memória discursiva, e seus efeitos na constituição do sujeito. Assim, ao voltar-se para o silêncio, o analista de discurso pode apreender os movimentos da memória discursiva deslocando os efeitos da memória metálica, na relação com o real da língua e com o real da história.

No que diz respeito ao real da língua, tomar o silêncio como dispositivo de arquivo possibilita, ainda, produzir uma reflexão sobre o indizível da dor, ou seja, sobre aquilo que permanece nas bordas da língua(gem), no limite do simbólico e da significação. Já o real da história diz do silêncio como interdito, facultando ao analista de discurso apreender os modos com que a língua se inscreve na história, constituindo a materialidade do arquivo que não é, segundo Guilhaumou e Maldidier (2010, p. 162), “simples documento no qual se encontram referências”: em sua heterogeneidade e diversidade, ordenado por uma abrangência social, o arquivo “permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confrontadas com o negacionismo que insiste em silenciar e invalidar a violência obstétrica, opacificando e naturalizando práticas médicas violentas, interditando o direito à memória de tantas mulheres que vivem seus traumas caladas, impossibilitadas de realizar a passagem do trauma experimentado ao trauma nomeável e, assim, constituir um arquivo lisível e/ou decifrável para sua dor, as imagens examinadas podem ser consideradas “imagens apesar de tudo”, para usar uma expressão de Didi-Huberman (2003): “Images malgré tout”.

Para ele, é preciso fazer com a imagem, com todo o rigor teórico, aquilo que já fazemos com a linguagem. “Porque em cada produção testemunhal, em cada ato de memória, os dois – linguagem e imagem – são absolutamente solidários, não cessam de trocar suas lacunas recíprocas” (DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 231): uma imagem busca frequentemente ocupar o lugar onde a palavra parecer falhar, a palavra procura constantemente tapar o buraco onde a imaginação fracassou. Segundo o autor, há uma relação incontornável entre imagem e testemunho: “na urgência de testemunhar um presente no qual a testemunha sabe perfeitamente que não poderá sobreviver, na cavidade mesma do acontecimento surgem, apesar de tudo, imagens” (p. 233). A imagem surge onde o pensamento, a reflexão, parecem impossíveis, “lá onde uma memória é necessária”.

É por isso que cada aparição, mesmo fragmentária e errante, de uma imagem que busque dizer o indizível do trauma da violência a que essas mulheres são expostas deve ser comemorada, posto que absolutamente necessária para romper o esquecimento político, o silenciamento historicamente imposto, inscrevendo um arquivo possível para que essas histórias sejam finalmente contadas e funcionando como forma de reparação pública das injustiças sofridas, um modo de exercer a luta política no enfrentamento da violência contra a mulher. Assim, em sua exigência de reconhecimento social, de escuta para um dizer de dor e opressão, a prática testemunhal pode produzir um deslocamento, colocando a nu a barbárie que recobre práticas abusivas historicamente estabilizadas de assistência à mulher gestante.

REFERÊNCIAS

- DELA-SILVA, S. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (Org.) *A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*, pp. 257-270. Campinas: Pontes, 2016.
- DERRIDA, J. *Poétique et politique du témoignage*. Collection Les Cahiers de L’Herne. Paris: Herne, 2005.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Images malgré tout*. Paris: Éditions de Minuit, 2003.
- FELMAN, S. *Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*. Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GUILHAUMOU, J. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação e organização da tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio Cesar Montanheiro. São Carlos: Pedro & João, 2009.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A Análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- HUSSON, A.-C. Les hashtags militants, des mots-arguments. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 48, p.105-127, jul./dez. 2016.
- LACAN, J. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LAGAZZI, S. O exercício parafrástico na imbricação material. In: ENCONTRO DA ANPOLL, 27., 2012, Niterói. *Anais...* Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll/resumos/SuzyLagazzi.pdf> Acesso em: 26 jun. 2012.
- MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Desenredo*, Passo Fundo, v.12, n. 1, p. 48-63, jan./jun. 2016.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007c.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 1998.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, p. 61-161, 2010a.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.
- PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P. *Michel Pêcheux. Textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.
- PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Defensoria Pública. Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. *Violência obstétrica. Você sabe o que é?*. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SILVA, D. N.; SOUZA JUNIOR, P. S. Sobre adesões e críticas ao modelo de usuário racional em pragmática: o recurso à psicanálise. *DELTA*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 673-693, set./dez. 2016.

ZOPPI-FONTANA, M. As imagens do invisível. In: SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C.; CURCINO, L. (Org.) *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.